





PARECER DO CONTROLE INTERNO-019/2025

ASSUNTO	PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATO
REQUERENTE	PREGOEIRO: JEANDERSON FERNANDES BRANDÃO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E	
MOBILIDADE URBANA DE TERRA SANTA/PA ATRAVES DO CONVENIO/MRD № 41787/21-PLATAFORMA +BRASIL № 920949/21	
BASE LEGAL	Lei 14.133/21, LEI MUNICIPAL №. 323/2022-PMTS
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO № 03/2025/ ART. 6º, XLI
PROCESSO ADMINISTRATIVO	034/2025
ABERTURA DO PREGÃO	01/04/2025
UNIDADE GESTORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
ORDENADOR DE DESPESA DO FUNDO DE SAÚDE	JOSÉ LEÔNCIO FILHO MACHADO BARBOSA
	RAIANI PINHEIRO MACHADO
EGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO	PATRICIA RODRIGUES MACIEL
	JEANDERSON FERNANDES BRANDÃO
	LINARA LÚCIA DOS SANTOS LEAO
	CAMILA COSTA BENTES
	OLIVAN DAVID STRAUS PESSOA
GESTOR DE CONTRATO	JORDAN PRINTES DA SILVA
FISCAL DE CONTRATO	DINA MARIA FARIAS DA SILVA
EMPRESA VENCEDORA	BRW MAQUINAS E VENDAS DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ:51.010.306/0001-60
VALOR ADJUDCADO/HOMOLOGADO	R\$ 379.990,00

1. DA COMPETÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

Em cumprimento as atribuições do sistema de controle interno estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e Leis nº 4.320/64, nº 101/2000 e Lei Municipal nº 320/2022 que cria a Controladoria Geral do Município, órgão central do controle interno, atribuindo competências, " realizar auditorias, fiscalizar e emitir relatórios e pareceres da gestão como também realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial" a fim de realizar acompanhamentos e avaliação da ação do governo, da gestão dos administradores do patrimônio municipal e dos atos dos responsáveis pela arrecadação e aplicação de recursos públicos da Prefeitura Municipal de Terra Santa. Bem como a obrigatoriedade pela Resolução nº 7.739/2005/TCM-PA, obedecer aos pontos de controle conforme anexo II instruídos pela IN nº 22/2021/TCMPA, o qual trata do relatório do controle interno sobre os procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidade, contratos e instrumentos decorrentes.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

2. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2025 e contrato nº 0112/2025 referente a aquisição de equipamento de retroescavadeira, com recursos financeiros oriundo do CONVÊNIO/MDR Nº 41787/21 DO PLATAFORMA+BRASIL por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Regional e o Município de Terra Santa, através do processo administrativo nº 59000.019457/2021-73 cujo valor total do convênio corresponde a R\$ 342.500,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) que serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no plano de trabalho, sendo desse valor a contrapartida do Município de Terra Santa de R\$ 1.371,74 (um mil trezentos e setenta e um mil e setenta e quatro centavos) a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana nos serviços de terraplanagem, remoção de entulhos e limpeza de ramais.

O processo de pregão eletrônico e contrato, foram remetidos para análise no dia 10.04.25 pelo pregoeiro à Controladoria para emissão de parecer de regularidade, que será remetido ao mural de licitação do TCM/PA, de modo que seja averiguado o atendimento dos atos necessários da fase interna, cumprimento dos requisitos legais da publicidade destes atos e os requisitos de habilitação, além das exigências especificas para a contratação.

3. DA FASE INTERNA/PREPARATÓRIA







Considerando o que trata o art.18 da lei 14.133/21 quanto aos atos necessários na fase preparatória, consta-se que o procedimento, após a solicitação do gestor da Secretaria Municipal de Transporte, fora iniciado com a abertura de processo administrativo nº 034/2025, pela secretaria de Planejamento, instruído, autuado, numerado e certificado com os documentos de formalização de demanda (DFD), estudos técnicos preliminares (ETP) e análise de risco, portarias da equipe de apoio e fiscal de contrato, indicação de dotação orçamentária e a fonte de recursos de convênio e próprios (12.26.782.1202.1068.000.4.4.90.52), fonte 1500 e 1700 pesquisa de preço, termo de referência, e autuação pelo pregoeiro do processo de Pregão eletrônico nº 03/2025, com as minutas do edital e contrato, autorização do ordenador e parecer jurídico(pág.100 a 107).

Desse modo, feita a análise da fase preparatória, observa-se que os atos praticados dentro do procedimento atendem aos requisitos básicos do art. 18 da lei 14.133.21 e a norma legal. Bem como, foi respaldado pelo controle prévio de legalidade através do setor jurídico o qual se manifestou acerca da legalidade dos atos na fase interna através de emissão do parecer nº 032/25 opinando pelo prosseguimento do feito para a fase seguinte, sem considerar alguma restrição, antes da publicidade do edital, estando em consonância com o art.53 da lei.

4. DA FASE EXTERNA/EXECUTÓRIA

4.1. REQUISITOS LEGAIS DA PUBLICIDADE

Finalizando a fase preparatória, e atendendo o que dispõe o art. 53, §1º e art. 55, I, "a" da NLLC, constata-se o atendimento da obrigatoriedade da publicação de aviso do certame no diário oficial da União e no diário do Município no dia 19.03.2025, obedecendo o prazo mínimo de 8 dias para a divulgação do edital até a abertura do certame para apresentação de propostas e lances, que aconteceu no dia 01.04.25 por meio do portal https://licitanet.com.br/, além da divulgação do edital no sitio eletrônico oficial https://www.portalcr2.com.br/detalhes licitacoes/terra-santa-0032025-19-03-2025, conforme o art. 25, § 3º da 14.133/21, além de estar divulgado no mural de licitação do TCM/PA.

4.2. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

Superada as fases e considerando os documentos necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto pretendido, quanto às exigências de habilitação previsto no Termo de referência e no edital conforme orienta os arts.66 ao 69 da lei 14.133/21, observa-se que os atos ocorreram dentro das normalidades como disposto em Ata de realização do pregão (pág 129 a 134). Resultando na habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnico econômica financeira da empresa vencedora BRW maquinas e vendas de equipamentos LTDA. (pág. 135)

Após análise da documentação disposta nos autos e conforme as exigências para a habilitação, respeitando as fases do processo preconizado no art.17 da NLLC, conclui-se estar em conformidade com as especificações técnicas do edital, não encontrando documentação ou atos impeditivos com vícios insanáveis que comprometam a lisura do procedimento.

Considerando classificada a empresa após o julgamento da proposta, em que foi avaliada vantajosa para administração. Das 8 propostas apresentadas, foi considerada a vencedora a empresa que apresentou o menor preço de R\$ 379.900,00 em relação ao valor de referência de R\$ 382.335,80, bem como, a qual atendeu aos requisitos de habilitação.

No encerramento do processo previsto no art. 71, IV, o processo licitatório Pregão eletrônico nº 03/25 foi encaminhado para autoridade responsável adjudicar o objeto à empresa BRW máquinas e vendas de equipamentos LTDA e homologou o certame, ambos os feitos foram assinados no dia 08.04.25, após o parecer jurídico nº 034/25 da procuradoria a qual analisou e se manifestou pela legalidade dos atos processuais opinando para o prosseguimento do feito, sem nenhuma ressalva, para posterior assinatura do contrato nº 0112/25 que foi assinado e publicado o extrato do contrato no dia 09.04.25.

5. DO PARECER







Da análise é possível verificar que o procedimento e às exigências para o cumprimento do contrato atendem aos requisitos legais, administrativo e financeiros, assim como segue os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, observado as cláusulas necessárias no instrumento de contrato nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, verificadas a legalidade da minuta do contrato pelo jurídico através de parecer de legalidade, dando ciência das conformidades legais.

Diante da análise minuciosa, verifica-se que o contrato tem vigência de 3(três) meses após assinatura do contrato, sem previsão de termo aditivo, além de considerar que o instrumento de convênio está em andamento, após atualização no sistema com vigência até 20.01.26. Bem como, se observa que o valor de referência do processo em questão está maior que o valor do convênio nº 41787/21.

Desse modo, quanto a análise técnica por este deste órgão de controle, referente ao Pregão Eletrônico nº 03/2025 e ao contrato Nº 0112/2025 celebrados entre a Prefeitura Municipal de Terra Santa, representada pelo sr. Edson Siqueira da Fonseca e a empresa BRW maquinas e vendas de equipamentos LTDA, representada pelo sr. José Weder Basilo Rabelo, no valor de R\$ 379.990,00 (trezentos e setenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais) para pedido de aquisição de equipamento de 1 Retroescavadeira conforme especificações do item no instrumento de contrato, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Transporte e mobilidade Urbana, encontram-se revestidos das formalidades Legais contendo as cláusulas necessárias, respaldado pela análise de legalidade do jurídico.

Contudo, embora observadas as formalidades do contrato, orienta que seja observado o termo de convenio nº 41787/21 acordado em 31.12.21.

Assim, concluo pela REGULARIDADE do procedimento, e remeto ao Pregoeiro.

Salvo melhor juízo, este é o parecer

Terra Santa - PA, 14 de abril de 2025.

SILVANA PATRICIA DE SOUZA CAVALCANTE CONTROLADORA GERAL Port. nº04/25/PMTS